

# Polícia Civil define diretrizes para delegacias especializadas em crimes rurais

Seg 16 agosto

A [Polícia Civil de Minas Gerais \(PCMG\)](#) definiu regras para implantação e expansão de Delegacias Especializadas de Repressão a Crimes Rurais no estado. O estudo técnico, elaborado por meio da Assessoria de Planejamento Institucional (API), orienta os Departamentos de Polícia territoriais quanto à criação das unidades especializadas, que vão reprimir e exercer atividades de polícia judiciária e de investigação criminal, de forma a garantir mais segurança aos moradores do campo.

As delegacias especializadas vão investigar crimes de abigeato (furto de animais) e também os demais crimes patrimoniais relacionados à atividade rural, especialmente os que tenham por objeto material insumos, defensivos e maquinários agrícolas.

"Essa iniciativa assegura sustentabilidade para criação de delegacias rurais. Morei 11 anos no campo e sei da importância de se ter uma clara referência na Polícia Civil para apuração de crimes nessas áreas", afirma o chefe da PCMG, delegado-geral Joaquim Francisco Neto e Silva.

## Estudo técnico

A PCMG vem trabalhando em alternativas para repressão qualificada dos crimes cometidos em zona rural.

Em 21/7, a Resolução Interna nº 8.179 publicada pela PCMG reforçou a necessidade de maior atuação das forças de segurança pública em áreas rurais, sobretudo frente ao avanço da criminalidade e ao nível de especialização cada vez maior dos grupos criminosos.

Como sequência do planejamento estratégico da instituição, a API conduziu amplo estudo, a partir da formação de grupo técnico de servidores da Polícia Civil com atuação nessa temática. O trabalho resultou no [diagnóstico da criminalidade no campo e nas diretrizes a serem adotadas para instalação das delegacias especializadas](#).

Cinco eixos principais norteiam o documento: estratégia institucional; disponibilidade de efetivo; disponibilidade orçamentária; observação da taxa de demanda e expressão agropecuária da região. Assim, as regras definidas buscam garantir a instalação das Delegacias Especializadas de Investigação de Crimes Rurais nas localidades onde são mais necessárias, sem que haja prejuízo em infraestrutura e de recursos humanos.

"Esta metodologia irá auxiliar no enfrentamento da criminalidade no campo, com consequente melhoria da prestação dos serviços públicos", afirma a delegada Elenice Cristine Ferreira, da Assessoria de Planejamento Institucional. Com isso, completa ela, as unidades especializadas vão funcionar "como referência para a população rural", completa.